



PEDIDO DE COMPRA: 000038 / 2024

EMIÇÃO: 15/08/2024

SECRETARIA: SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA COMERCIO,INDUSTRIA

Objetivo: Registro de preços para aquisição de ração para cães adultos, para o canil municipal

Justificativa: Aquisição se faz necessária para o mantimento da alimentação dos animais alocados no canil municipal.

DEFINIÇÃO DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência é a contratação de empresa para prestação de serviços parcelados de aquisição de ração para cães adultos do canil municipal do Município de São LuizGonzaga. Os serviços objeto da contratação pretendida possuem natureza comum, com as seguintes especificações e quantidades:

ITEM 01: Ração para cães adultos- saca de 20kg cada; proteína bruta: mínimo 23,00%; umidade: máximo 10,00%; extrato etéreo: mínimo 12,00%; matéria mineral: máximo 7,50%; matéria fibrosa: máximo 3,00%; cálcio: máximo 1,60%; cálcio: mínimo 0,80%; fósforo: mínimo 0,60%; sódio: mínimo 0,20%; potássio: 0,50%; ômega 6: mínimo 2,00%; ômega 3: mínimo 0,22%; energia metabolizável: 3.797 kcal/kg.

Quantidade mínima de 50 unidades e quantidade máxima de 600 unidades. Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro as últimas contratações com o mesmo objeto, realizadas por esta administração levando em consideração a possibilidade de aquisições parceladas durante o período de 01 ano, tempo de vigência da ata de registro de preços.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa para prestação de serviço de aquisição de ração para o canil municipal, para suprir a necessidade de alimentação dos animais abrigados. A contratação de empresa para aquisição de ração para o canil municipal, de responsabilidade da secretaria de agricultura e meio ambiente. Justifica-se esta contratação para aquisição de ração para cães adultos pelo fato do município contar com um número significativo de animais sob cuidado do canil municipal e a necessidade de garantir uma alimentação adequada e contínua.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de ração para cães, conforme as especificações descritas no Termo de Referência. A contratação é necessária para suprir o grande número de demandas alimentares do canil municipal, que abriga um número significativo de cães em diversas condições. A ração fornecida deve atender às necessidades nutricionais dos cães, contribuindo para sua saúde e bem-estar. Este fornecimento é essencial devido ao constante fluxo de cães no canil, oriundos de resgates, abandono e outras situações que demandam atenção contínua e adequada alimentação. Tal realidade demonstra a grande necessidade de investimento na aquisição de ração, possibilitando ao Município a manutenção adequada dos cães sob seus cuidados, garantindo a saúde e a recuperação dos mesmos. A ração deve ser de alta qualidade, garantindo a nutrição completa dos animais e contribuindo para a melhoria dos níveis de bem-estar no canil. Para a correta e adequada alimentação dos cães, é necessário seguir as especificações técnicas detalhadas neste ETP e TR, assegurando que todos os requisitos de qualidade e segurança sejam atendidos.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto possui natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso xiii, da lei federal nº 14.133/2021. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso xli, 17, § 2º, e 34, todos da lei federal nº 14.133/2021.

Peculiaridades do objeto: características:



Item 01: ração para cães adultos- saca de 20kg cada; proteína bruta: mínimo 23,00%; umidade: máximo 10,00%; extrato etéreo: mínimo 12,00%; matéria mineral: máximo 7,50%; matéria fibrosa: máximo 3,00%; cálcio: máximo 1,60%; cálcio: mínimo 0,80%; fósforo: mínimo 0,60%; sódio: mínimo 0,20%; potássio: 0,50%; ômega 6: mínimo 2,00%; ômega 3: mínimo 0,22%; energia metabolizável: 3.797 kcal/kg.

2- Prazo, forma e locais de entrega:

2.1. O fornecimento do objeto contratado se dará de forma parcelada, conforme a necessidade da secretaria da agricultura e meio ambiente, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento da ordem de fornecimento acompanhada de nota de empenho correspondente, emitida pelo contratante. A entrega deverá ocorrer na sede da prefeitura municipal, rua Venâncio Aires 2438, centro, São Luiz Gonzaga, rs, cep 97.800-000.

2.2. A entrega deverá ser feita sem custos para o município.

2.4. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade do licitante contratado quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização.

2.5. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os produtos não atendam as especificações do objeto licitado, poderá a administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a licitante a providenciar a substituição do bem não aceito, no prazo de 05 (cinco) dias contados de sua notificação.

2.6. Os itens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

2.7. A nota fiscal deverá ser entregue junto com o objeto.

2.8. A empresa contratada deverá no tocante ao fornecimento e entrega do item objeto deste certame, obedecer rigorosamente às disposições legais pertinentes.

2.9. O objeto do presente contrato será recebido: provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pelo contratante, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. Definitivamente por servidor (gestor) ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais.

3. Pagamento:

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à secretaria municipal da fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la o atestado de recebimento expedido e devidamente assinado pelo fiscal do contrato. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

3.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4. Obrigações do contratante são obrigações do contratante:

4.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

4.2. Assegurar à contratada as condições necessárias à regular execução do contrato.

4.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

4.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

4.5. Efetuar o devido pagamento à contratada, conforme definido neste contrato.

4.6. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.6.1. A administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

4.7. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês. São obrigações da contratada:

4.8. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e deste contrato, bem como nos termos



da sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.9. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

4.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o código de defesa do consumidor (lei nº 8.078, de 1990);

4.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.12. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, ii, da lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.13. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.14. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

4.15. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do ministério do trabalho, cabendo à contratada o fornecimento de equipamentos de proteção individual (epi) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

4.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, ii, d, da lei nº 14.133, de 2021.

4.17. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, as entregas em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

4.18. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do contratante.

5. Sanções:

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I- dar causa à inexecução parcial do contrato;

II- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III- dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VII- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta lei as seguintes sanções:



I- advertência;

II- multa;

III- impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6. Extinção

6.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. artigo 137 da lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. 6.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

6.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da lei n.º 14.133, de 2021).

6.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da lei n.º 14.133, de 2021). A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XI, 17, § 2º, e 34, todos da lei federal nº 14.133/2021. Para fornecimento do objeto pretendido, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62 da lei federal nº 14.133/2021:

Habilitação jurídica: cópia do registro comercial, no caso de empresa individual; cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no cadastro nacional da pessoa jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica; cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Habilitação fiscal, social e trabalhista: comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; prova de regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, e com o município de São Luiz Gonzaga-RS, nos termos do art. 193 do código tributário nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;

Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; prova de regularidade perante a justiça do trabalho; declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (realizada diretamente no sistema quando do lançamento da proposta).

Habilitação econômico-financeira: certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Após a adjudicação e homologação pela Autoridade Superior, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação para assinatura da ata. Após a assinatura da ata de registro de preços pelos licitantes vencedores e o cumprimento integral das disposições contidas no instrumento convocatório, as razões serão devidamente requisitadas Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, CONFORME O QUANTITATIVO NECESSÁRIO para que no prazo de máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento da ordem de fornecimento acompanhada de nota de empenho correspondente, emitida pelo CONTRATANTE seja realizada a entrega no local indicado na ordem de fornecimento, conforme descrito no item 04 deste termo de referência.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 6.910, DE 28 DE



FEVEREIRO DE 2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de SÃO LUIZ GONZAGA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”. A gestão da ata de registro de preços e a execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do CONTRATANTE, através das servidoras, Bruna Machado Nascimento Brandão, matrícula 5812– Titular e Francianne Prado Miranda, matrícula 5874–suplente, a quem competirá comunicar ao Gestor do Contrato as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato e solicitar a correção das mesmas. A Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, Sr. Igor Kist - será o Gestor do contrato. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la o atestado de recebimento expedido e devidamente assinado pelo fiscal do contrato. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto no item 4, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021. As propostas devem ser apresentadas dentro do orçamento estimado para a contratação, de acordo com a estimativa de valores apresentados no Estudo Técnico Preliminar.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada considerando a quantidade máxima de cada item, o valor total de R\$ 68.634,00 (sessenta e oito mil, seiscentos e trinta e quatro reais). Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 6871 de 2022, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São LuizGonzaga, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”. PESQUISAS DE PREÇOS REALIZADAS: LICITACON CIDADAO / PAINEL DE PREÇOS / PNCP / PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária: 12.05 20 0304 0440 2,096 - Manutenção das atividades do Canil Municipal - 3390 30 000000 - Material de Consumo - Acesso 0181 - Vínculo - 0500